

# EDITORIAL

Em janeiro de 2011, massivos protestos abalaram os países árabes, cinco deles mais fortemente, Tunísia, Líbia, Egito, Síria e Iêmen. Os movimentos reivindicavam o fim de seus regimes corruptos e autoritários, governados por monarquias e ditaduras oligárquicas, amplamente militarizadas e percebidas como responsáveis pelas duras condições de vida da maioria da população. Os levantes foram desencadeados pela imolação de um jovem tunisiano, que, em dezembro do ano anterior, ateou fogo às próprias vestes. A reação popular ao ato extremo do indivíduo foi amplificada graças ao emprego de tecnologias modernas de comunicação e diferentes ferramentas de internet e de telefones celulares bastante usuais entre os jovens. Elas serviram para difundir informações, organizar estratégias de manifestação e resistência, bem como para sensibilizar a sociedade local e o mundo para a luta dos movimentos. A mobilização logo transbordou para as grandes cadeias de telecomunicações, para os noticiários e redes sociais dos quatro cantos do planeta, inspirando ações em defesa da democracia e das liberdades civis por países do norte da África e do Oriente Médio, igualmente governados com mão de ferro, como Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental.

O ciclo ficou conhecido como Primavera Árabe, em alusão à Primavera dos Povos, que tomou conta da Europa em 1848, e aos levantes de Praga de 1968. Semelhante à primeira, a Primavera Árabe alastrou-se rapidamente, como um incêndio, transpondo fronteiras nacionais e desafiando poderes há décadas estabelecidos. Como a segunda, lançou mão de táticas não violentas de mobilização; em vez das redes clandestinas de imprensa e radiotransmissores, tão importantes no movimento tcheco, o universo 2.0 notabilizou o movimento árabe como emblemático de revoluções Twitter/Facebook.

A onda de mobilizações em praça pública difundiu-se, pouco depois, para o Ocidente, levantando questionamentos acerca dos limites da ordem democrática liberal ali firmemente estabelecida. Na esteira dos movimentos anti-globalização que tomaram as ruas de Seattle, Gênova, Quebec, Melbourne e Bangkok a partir de meados da década de 1990, em setembro de 2011, o Parque Zuccotti, no epicentro do distrito financeiro de Nova York, tornou-se palco do famoso *Occupy Wall Street*. Dessa vez, os protestos foram contra os efeitos do estouro, em 2008, da bolha financeira sobre o emprego e a desigualdade social – fato que sacudiu a sociedade americana (e mundial). Embora em uma escala menor que a dos protestos orientais mais recentes, o efeito do movimento *Occupy* repercutiu imediatamente em todo o planeta: milhares de pessoas foram mobilizadas para ocupar ruas e praças durante dias e noites, pressionando, ininterruptamente, as forças contrárias a seus pleitos.

Seja num caso, seja em outro, a resposta repressiva foi violentíssima. Verdadeiros massacres e prisões em massa foram produzidos. Houve uma enorme instabilidade política e até mesmo guerras nos países árabes; nos Estados Unidos, após os dois primeiros meses de resistência, foram empregadas técnicas antiterroristas de vigilância e repressão contra as dezenas de movimentos similares de ocupação que se multiplicaram em sedes de bancos e corporações, em audiências públicas, imóveis hipotecados e universidades por todo o país.

É verdade que nem na Primavera Árabe nem no *Occupy Wall Street* o que estava em jogo não era exatamente a cidade, a gestão urbana ou as transformações urbanísticas. As mobilizações empreendidas – como tantas outras que magnetizaram espaços públicos em toda parte, sob o espectro das políticas neoliberais dos últimos trinta anos, como a da Praça do Sol em Madrid, a da Praça Sintagma em Atenas e a das escadarias de Saint Paul em Londres – tinham alvos ligados diretamente à vida dos cidadãos: a legitimidade e representatividade de governos; a repressão militar e policial; a ausência ou perda de direitos civis; a alta de preços; o crescimento dos níveis de desigualdade e desemprego; o endividamento ou expropriação das famílias; o poder incontestável do capital financeiro. De qualquer modo, foram as

cidades que lhes propiciaram as condições objetivas para se concretizarem. Foram produzidos processos comunicativos e decisórios peculiares, estratégias inusitadas de ocupação de ruas e praças por meios virtuais e físicos, maneiras de se auto-organizar e surpreender as autoridades locais em manifestações no espaço público, performances de massa e individuais – organizadas ou improvisadas –, ações diretas, velhas e novas formas de vocalização, imagens de difícil controle.

Expressões de insubordinação popular não são, de modo algum, inusuais na modernidade, e muitas delas, em outras épocas, ora incidiram diretamente sobre as condições de vida nas cidades, ora suscitaram respostas políticas, jurídicas, técnicas e urbanísticas importantes. Movimentos como a Comuna de Paris em 1871, a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904 ou os levantes de Stonewall em Nova York em 1969, por exemplo, apropriaram-se, de forma tática, de materiais urbanos, construindo significativos eventos espaciais de luta e resistência política. Capítulos notáveis da história das políticas urbanas e do urbanismo, por outro lado, como o movimento das cidades-jardins na Inglaterra, o situacionismo na França ou o Estatuto da Cidade no Brasil, são incompreensíveis sem a referência a expressões variadas de contestação e mobilização popular. Tanto em um caso quanto em outros, as cidades, por concentrarem populações expressivas em um espaço geográfico relativamente limitado, são palco por excelência de insurgências e mobilizações, por meio das quais ideias são difundidas e confrontadas, originando o espaço público.

A nova geração de movimentos urbanos que têm reverberado mundo afora envolve não apenas os *occupy*, as frentes anticapitalistas de variadas orientações e as mobilizações por estado democrático de direito, mas também formas reticulares de sublevação, por vezes virulentas, inclusive digitais, atingindo os centros de poder político e econômico e produzindo efeitos ainda desconhecidos: contra-poderes urbanos de múltiplos enfoques e bases sociais, de sem teto a ciberativistas, de grupos de militância étnica ou de gênero a coletivos de artistas, educadores, profissionais e ambientalistas, bem como *squatters*. Tais movimentos vêm transformando a cidade em um universo altamente disputado. Em meio a essas formas de rebeldia e resistência, é possível muitas vezes flagrar a reconfiguração de agendas, políticas, programas e projetos urbanos, e mesmo a proposição de novos focos, práticas e arranjos espaciais, frequentemente ultrapassando as tradições dos estudos urbanos e regionais e as fronteiras disciplinares estabelecidas. De fato, em uma época na qual as cidades tornaram-se objeto imediato de valorização e financeirização do capital, não é estranho que muitos desses movimentos venham se pautando por motivações explicitamente urbanas, como críticas aos projetos e intervenções imobiliários e às condições precárias de moradia, fomento das redes de equipamentos sociais, propostas de preservação de áreas livres públicas, de sítios históricos e espaços de referência, projetos de infraestruturas de mobilidade, lazer, cultura etc.

No Brasil, um dos primeiros movimentos desse tipo foi o Ocupe Estelita. Surgido a partir do grupo de Facebook Direitos Urbanos, extremamente ativo no Recife desde março de 2012, o movimento envolveu, além de acampamento na área contestada, a realização de apresentações musicais, *happenings*, oficinas de poesia e capoeira, iniciativas educacionais e lúdicas variadas e a produção/projeção de vídeos engajados, muitos dos quais disponibilizados em rede no correr da evolução dos enfrentamentos<sup>1</sup>. Mobilizando toda uma geração de universitários, com origem social mais diversificada que aquela de outrora, o movimento se organizou em oposição a um grande projeto imobiliário no Cais José Estelita, antigo pátio ferroviário abandonado, na franja do centro histórico da cidade e na orla da espetacular bacia do Pina, uma área sensível do ponto de vista paisagístico, ambiental, patrimonial e social. Em sincronia com inúmeros movimentos similares que despontaram no período em outras partes do país, como no Cais Mauá, em Porto Alegre, na Praça da Estação, em Belo Horizonte, no Largo da Batata e no Parque Augusta, em São Paulo, na região portuária do Rio de Janeiro e no Mercado Ver-o-Peso em Belém, a luta cedo converteu-se em uma reivindicação maior pelo direito à cidade e por uma maior participação popular nas decisões sobre processos e transformações urbanas. Ela atraiu artistas, intelectuais, engenheiros, arquite-

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://youtu.be/uE0Wji6xNBk>>; <<https://youtu.be/bbvKuKutH9w>>; <<https://youtu.be/KTF0gqoTlas>>; <<https://youtu.be/DxW-lnt8XHk>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

tos, advogados, publicitários, jornalistas, designers e também moradores de outras áreas ameaçadas pela especulação imobiliária na cidade<sup>2</sup>. As possibilidades de êxito de um movimento de resistência ao poderoso arco de aliança liderado pelo capital imobiliário propiciaram a percepção de empoderamento aos integrantes do movimento: “Entramos para a história com uma mensagem positiva de que vale a pena lutar, vale a pena interferir nos processos da cidade”, testemunhou uma professora militante do Ocupe Estelita.

Esse tipo de mobilização encontrou um detonador importante nos megaeventos esportivos que marcaram fortemente as políticas urbanas adotadas nas cidades brasileiras na última década. Entre outros, merece destaque a Copa do Mundo de 2014, que não apenas estabeleceu uma legislação geral de exceção, em flagrante violação dos direitos humanos, do direito urbanístico e do consumidor e do Estatuto do Torcedor, mas também catalisou investimentos territoriais e urbanos extremamente ambiciosos, bem como um expressivo volume de recursos públicos para produzir as infraestruturas exigidas pela Fifa e pelo Comitê Olímpico Internacional. Isso produziu, como efeito colateral, a articulação, em todo o país, de Comitês Populares da Copa, com o objetivo de denunciar tanto as arbitrariedades cometidas quanto a contradição entre as obras e a histórica deficiência dos serviços públicos, especialmente da educação, saúde e do transporte coletivo. O Rio de Janeiro, sede também dos Jogos Pan-americanos de 2007 e das próximas Olimpíadas, em 2016, tornou-se um dos polos mais explosivos de protestos e mobilizações contra megaoperações urbanas, remoção de milhares de moradias, crimes ambientais de toda sorte, precariedade dos transportes públicos, estratégias de especulação imobiliária e gentrificação e inúmeras outras formas de violência, não apenas as repressivas.

Em 2013, pouco antes da Copa das Confederações, a onda de protestos tomou o país como um todo, e gigantescas manifestações de rua em cidades grandes e médias puseram em xeque não apenas governos, mas também os próprios fundamentos da cultura política estabelecida. Em junho desse mesmo ano, em meio a uma luta até então discreta, ainda que contumaz, de distintos comitês municipais do Movimento Passe Livre (MPL) pelo transporte coletivo urbano gratuito, manifestações quase diárias eclodiram nas cidades, principalmente em São Paulo. Estigmatizadas pela imprensa pelos inconvenientes produzidos no trânsito da metrópole e brutalmente reprimidas pela polícia paulista, as assim chamadas Jornadas de Junho logo ganharam corpo e alastraram-se por todo o país, levando às ruas milhões de cidadãos, sobretudo os mais jovens, para perplexidade de governantes, políticos de todos os partidos, jornalistas e cientistas sociais. Apropriações militantes de redes sociais via internet e telefones celulares, formas horizontais, autogestionárias e mesmo anárquicas de organização e deliberação, práticas multitudinárias, interações corpo a corpo e táticas de ação direta, como ocupações, trancaços, catracaços, *sit-ins*, performances, megafones humanos, projeções públicas, foram mobilizadas com objetivos políticos diretamente ligados à vida nas cidades. Em sua gênese, é verdade, o MPL estruturou-se em torno de uma reflexão mais geral sobre os problemas urbanos, a condição cidadã, o usufruto do espaço público pelos jovens e estudantes, a universalização do acesso a serviços e equipamentos urbanos, os deslocamentos e interações livres na cidade. Contudo, enquanto a marcha ganhava intensidade e visibilidade, as manifestações atraíram um universo variadíssimo de questões e posições, à esquerda e à direita, e, em detrimento das conquistas imediatas – como a suspensão de aumentos de tarifas e a reformulação de políticas públicas no setor –, logo diluíram-se em meio a uma onda de insatisfações com a saúde, a educação, o desemprego, a garantia dos direitos humanos, os meios de comunicação, os partidos e os políticos em geral, a corrupção, entre outras.

Muito vem se falando, desde então, sobre o significado eminentemente urbano dessas expressões contemporâneas de rebeldia coletiva, sobre o papel das novas tecnologias de comunicação no interior delas, sobre as rupturas e continuidades em relação a tradições anteriores dos movimentos sociais urbanos, sobre a composição socioeconômica das massas juvenis que tomaram a dianteira dos protestos. O

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://youtu.be/bbvKuKutH9w>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

fenômeno desafia não apenas poderes públicos e forças políticas estabelecidas, mas também os meios intelectuais, pondo em xeque modelos clássicos de interpretação e repercutindo na imprensa, na produção acadêmica e bibliográfica, em seminários, conferências e exposições e em números temáticos de revistas mais e menos especializadas, do Brasil e do exterior.

Transcorridos quase três anos das manifestações de junho de 2013 nas cidades brasileiras, pode-se dizer que seu caráter difuso foi expressão, de um lado, da elevação dos horizontes de democratização política e social pós-Constituição de 1988, do fracasso em assegurar padrões de qualidade nos serviços públicos compatíveis com as exigências de gerações de renda e escolaridade em ascensão, assim como do potencial socialmente explosivo do ciclo relativamente longo (para os padrões brasileiros) de dinamismo econômico a partir da segunda metade dos anos 2000. De outro lado, a característica difusa dos protestos parece ter respondido ainda a processos que transcendem a realidade nacional, em sintonia com desenvolvimentos mais gerais no campo das lutas sociais. Esses processos trazem, certamente, marcas de mudanças tecnológicas, em particular das tecnologias de comunicação e de segurança, mas, sobretudo, assinalam um vazio fundamental no campo da ideologia hegemônica: a crise de paradigmas tradicionais de mobilização e de transformação social; o enfraquecimento do Estado de bem-estar e, com ele, das utopias em torno da sociedade de trabalho e do proletariado; a emergência de novas subjetividades políticas ante as formas contemporâneas da desigualdade e da precarização; a afirmação política das diferenças e das micronarrativas como estratégia para ultrapassar ideários vistos como responsáveis pela perpetuação de normas de vida próprias a grupos culturalmente hegemônicos; e, inclusive, a crise de legitimidade da própria democracia como moldura institucional do Estado de direito burguês, em sua aliança duradoura com o sistema global capitalista.

Levando em conta esse cenário e suas respectivas questões, o presente número da **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** propôs-se a reunir contribuições para o entendimento desses processos em sua multiplicidade atual, assim como em suas expressões históricas. Como os movimentos sociais, presentes e passados, vêm apropriando-se dos territórios e materiais urbanos? Quais as dimensões de inovação, singularidade e continuidade das mobilizações recentes com relação aos substratos de ação social herdados e às agendas precedentes? Que movimentos e atores são esses, qual a sua composição social, seus códigos de coesão, suas dinâmicas, retóricas, micro e macroestratégias de ação? De que meios, tecnologias e linguagens eles vêm se servindo? Quais vontades e projetos de cidade neles se constituem? Como suas agendas se articulam a novas e velhas políticas espaciais (regionais, fundiárias, ambientais, urbanas, imobiliárias), públicas, populares, empresariais, híbridas? Quais tipos de transformações e revoluções eles são capazes de empreender? Qual a eficácia deles no campo da justiça espacial, da definição dos destinos das cidades e das sociedades, suas conquistas institucionais e culturais do ponto de vista da regulação urbana, assim como suas fraquezas, limites e refluxos ante os poderes públicos e suas alianças e conflitos com o mundo dos negócios? Quais leituras e interpretações foram ou podem ser formuladas a respeito desses movimentos insurgentes na cidade?

Evidentemente, o cenário político brasileiro atual, de enorme instabilidade e incerteza quanto ao futuro da democracia, dos direitos sociais e civis e dos movimentos populares, vem gerando deslocamentos importantes nas relações de força na sociedade e até mesmo certo grau de invisibilidade e/ou dualização das lutas e dos processos micropolíticos, muitas vezes contrastantes, localizados, ou apenas sutilmente conectados. A emergência de mobilizações virtuais e de rua, de cunho moral, religioso ou reativas a transformações sociais e culturais em curso, complica o entendimento global das expressões insurgentes e o impacto delas nos processos urbanos. Em nenhum momento, contudo, pretendemos, neste número, produzir um inventário global dos movimentos nem, muito menos, das iniciativas supostamente bem-sucedidas de produção social da cidade, reduzindo-as a eventuais crivos modelares em termos de mobilização, planificação ou gestão urbanas. O objetivo foi tão-somente aproximar-nos de alguns imaginários e experiências insurgentes, em sua concretude socioespacial e vibrações políticas,

abordando-os como parte constitutiva dos processos de transformação socioespacial e como ingrediente crítico imprescindível ao entendimento das ações e potências políticas na cidade contemporânea.

Acreditamos que o leitor concordará conosco que os desafios lançados aos autores foram devidamente enfrentados. Podemos afirmar que a chamada atendeu aos objetivos propostos, tendo permitido a produção de dois exemplares do Dossiê Temático ***Cidades e insurgências: novos e velhos conflitos, agências e direitos***, cuja qualidade instiga os sentidos e desdobra-se na originalidade e atualidade dos enfoques tratados. Este primeiro exemplar compreende nove artigos, reportados, a seguir, na sequência em que estão aqui publicados.

Abrindo o presente número, já captando a atenção do leitor para as práticas de mobilização contemporâneas por meio da internet, *The resonant images of the multitude: Egypt, Spain and Brazil*, de **Kênia Freitas**, focaliza a produção e o ativismo audiovisual que emergiram dos protestos nos três países a partir de 2011. Partindo do conceito de multidão de Michael Hardt e Antonio Negri, a autora aborda os dispositivos de visibilidade empregados nas manifestações por ela analisadas: os elementos imagéticos primordiais das multidões, dos corpos, os estímulos e as narrativas em vibração e, sobretudo, as técnicas de reprodução e as qualidades ressonantes na ótica dos internautas, seu impacto visual, sensível e político, pensado como dobra de uma atualização indissociável dos movimentos insurgentes.

O artigo de **Marcos Virgílio da Silva**, por sua vez, *Riots, social movements and the “making of the working class”: forms of popular organization and urban protest in São Paulo (1945-1964)*, problematiza historicamente a noção corrente de que protestos populares são fenômenos ocasionais e raros na história brasileira. Mas não fica aí. O autor propõe uma interessante tipologia de manifestações – os “quebra-quebras”, os “movimentos sociais” de caráter não classista e os movimentos organizados da “classe trabalhadora” ou “operária” – baseada em uma apurada pesquisa bibliográfica, cujo resultado oferece uma contribuição metodológica criativa e relevante para estudos contemporâneos em torno da questão da organização popular urbana.

Já no artigo *Recife, a noiva da revolução: entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea*, **Alexandre Sabino do Nascimento** adentra no tema das insurgências em nome do direito à cidade, focalizando o movimento Ocupe Estelita, no Recife. Ao passar em revista a transformação recente das políticas urbanas locais, cada vez mais regidas por interesses e parâmetros de gestão empresariais, interessa ao autor pensar como a mobilização de grupos e agentes específicos, os focos e as agendas de conflito e o emprego de determinadas práticas e estratégias de ativismo relacionam-se com substratos de resistência herdados do passado.

Dando, igualmente, atenção a um movimento específico de resistência a processos maiores de reestruturação urbana, **Claudia Seldin** focaliza, como diz o próprio título, as *Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do Squat Kunsthaus Tacheles em Berlim*. No artigo, a autora analisa as disputas em torno da cultura, as quais põem em oposição, de um lado, uma nova geração de estratégias urbanas orientadas para a espetacularização, o entretenimento, o consumo e a “cidade criativa”, e, de outro, os movimentos sociais que lançam mão de práticas contra-culturais de apropriação do espaço urbano, por meio da ocupação de edifícios abandonados e transformação de seus usos por coletivos variados de artistas, estudantes, pessoas sem teto etc. O famoso *squat Kunsthaus Tacheles*, nesse contexto, é revisitado à luz das estratégias de resistência adotadas por seus ocupantes nos últimos vinte anos.

O artigo de **Paola Lisboa Codo Dias**, *The appropriation of streets in Belo Horizonte by contemporary carnival blocks*, aborda um fenômeno cada vez mais presente nas grandes cidades brasileiras: a expansão do carnaval de rua para além de seus polos tradicionais de expressão. Ao reconstituir detalhadamente o impulso tomado pelos blocos de rua de Belo Horizonte desde 2009, a autora examina o estreito vínculo entre as manifestações carnavalescas e as variadas bandeiras políticas, sociais e espaciais: de lutas pelo direito à moradia e ao transporte coletivo a mobilizações em torno do uso dos espaços públicos pela população, bem como de avenidas, parques e praças como locais de encontro, cultura, esporte, lazer e festividade.



O artigo de **Ana Paula Silva de Assis** – *Games and insurgencies: towards agonistic participation in the production of space* – segue essa mesma direção. Tendo por objeto a observação de três experiências de “jogos abertos”, jogos realizados no espaço público, fora do campo da regulamentação do tempo livre, ela observa uma associação entre esses jogos e insurgências espaciais contemporâneas, baseando-se em teorias que denomina de pós-políticas e pós-democráticas. Ao ressaltar a perspectiva da relação entre justiça espacial e jogos de rua, entre os quais se destaca a inusitada experiência de um time de futebol formado por mulheres que se divertem e provocam os cidadãos nas ruas de Belo Horizonte, a autora aponta para a emergência de formas agonísticas de produção do espaço, refrescando a reflexão acerca da esfera pública.

**Marina Simone Dias** e **Bruna Ramos Ferreira**, por sua vez, abordam o tema das infâncias urbanas, novamente, uma temática pouco explorada nos estudos urbanos e regionais. Em *Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea*, as autoras analisam o lugar das crianças na cidade, grupo social que, apesar de bastante representativo socialmente, é ainda negligenciado tanto pelos estudos urbanos e regionais, como pelas lutas por direitos. Alicerçadas em um conjunto variado de campos de conhecimento – sociologia da infância, pedagogia e planejamento urbano, por exemplo –, Dias e Ferreira procuram construir uma leitura transdisciplinar que parte de três eixos: o conceito de infância e o silenciamento da voz das crianças; os espaços públicos urbanos frente às práticas infantis; e o papel do espaço na constituição desse pequeno sujeito.

O texto de **Cecília Campello do Amaral Mello**, *Do meio do medo nasce a coragem: o encontro entre pescadores e marisqueiras de Caravelas (BA) e do Ceará e os múltiplos sentidos da política*, levanta uma questão crucial: a potência dos movimentos insurgentes em um momento de recrudescimento global das forças do capital. O cenário é dos mais vulneráveis, qual seja, os manguezais do litoral brasileiro. Alinhando-se ao argumento de Foucault acerca do conceito de luta de classe, segundo o qual os marxistas teriam dado mais ênfase à noção de classe que às lutas em si, a autora enfoca o experimento de cooperação e troca de experiências e saberes entre dois diferentes movimentos de marisqueiros e pescadores situados a mais de dois mil quilômetros de distância entre si, no bojo de uma política de resistência à destruição dos manguezais.

Finalmente, o artigo de **Letícia de Carvalho Gianella**, *A luta pelo espaço no contexto do projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições*, propõe o desafio de refletir sobre uma questão que já recebeu um conjunto expressivo de contribuições no campo dos estudos urbanos e regionais. Entretanto, a Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha é aqui observada, à semelhança do artigo anterior, na perspectiva das formas de luta pelo espaço e dos sujeitos constituintes do Fórum Comunitário do Porto. Adotando a metodologia da observação participante, a autora examina as ações do movimento, em sua fluidez, flexibilidade, abertura e horizontalidade, as táticas de mobilização e sobrevivência empregadas, as suas conquistas e contradições. É dado destaque, nesse cenário, à escala dos micropoderes, a qual, a seu ver, demanda a renovação das abordagens teóricas nesse campo do conhecimento.

O panorama geral evidenciado pelos artigos apresentados reitera a hipótese de Gianella. A complexidade dos fatores desencadeadores dos movimentos e lutas aqui analisados, o contexto de fluidez do espaço e de aceleração do tempo, a presença de agentes econômicos que operam à escala global, assim como a diversidade e a articulação de atores e práticas de resistência em escalas cada vez mais abrangentes, facilitadas pela internet e pelas redes sociais, são aspectos que diferenciam o formato e as possibilidades de tais movimentos interferirem, efetivamente, na produção do espaço, se comparados àqueles observados em décadas passadas. Os artigos mostram que permanece, porém, o aspecto central motivador dessas lutas: a cidade contemporânea, em seu incessante movimento de destruição e criação de valor, segue sendo a causa e o efeito dos mais intensos conflitos em torno de justiça espacial, qualquer que seja a posição, mais ou menos progressista, de seus governantes. A entrevista com Lúcio Gregori, que fecha o presente número do Dossiê, realizada por **Mariana Fix**, **Giovani Espíndola Ribeiro** e **André Doca Prado**, parece confirmar tal percepção.

O número 3 do volume 17 desta revista conta, ainda, com dois artigos selecionados por meio do processo regular de fluxo contínuo. Embora não contemplem a discussão acerca de práticas de resistência na luta pelo direito à cidade, eles dialogam facilmente com aqueles inseridos no escopo mais específico do Dossiê. O primeiro, intitulado *O projeto Porto Maravilha e o rent gap de Neil Smith*, de **Renato Domingues Fialho Martins**, indaga sobre a pertinência de se transportar uma teoria difundida, discutida e aplicada em cidades de países desenvolvidos para estudos relativos às cidades de países periféricos. Fundamentado na teoria do *rent gap* de Neil Smith sobre *gentrificação*, o autor propõe que sejam averiguados as distinções e os cuidados que precisam ser seguidos na transposição dela para diferentes casos. Para desenvolver seus argumentos, Martins trata da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha na área central do Rio de Janeiro, inicialmente marcada por uma forte depreciação econômica, em consonância – e não por acaso – com a lógica do mercado imobiliário. Concluindo que a teoria de Smith tem valor explicativo para o caso estudado, o autor observa que a depreciação provocou um *rent gap*, ou seja, uma disparidade entre o nível potencial das rendas fundiárias (quantia que pode ser capitalizada sob o “maior e melhor uso que se faz dos terrenos”) e as rendas de terra capitalizadas sob os seus atuais usos.

Na sequência, no artigo *Verticalização e permeabilização do solo urbano nos setores censitários de Belo Horizonte/MG*, **Carlos Lobo**, **Diego Ferreira Fonseca** e **Ricardo Alexandrino Garcia** empreendem uma discussão atualizada a respeito da forma/densidade de ocupação do solo urbano e da qualidade ambiental das cidades, com ênfase na relação entre verticalização e impermeabilização do solo. Por meio de técnicas de geoprocessamento e métodos de estatística inferencial e espacial, Lobo, Fonseca e Garcia avaliam essa relação tendo como objeto empírico de análise os setores censitários do município de Belo Horizonte em 2000. Para o caso, os autores concluem que inexistem níveis significativos de determinação da impermeabilização do solo em função dos valores de altura das edificações. Tal evidência os conduzem a afirmar que – embora a premissa de que a cidade compacta reduz os impactos ambientais derivados da perda de área permeáveis seja teoricamente razoável –, em Belo Horizonte, os setores censitários com maiores níveis de verticalização não correspondem àqueles com menor grau de impermeabilização.

A resenha de **Luciana de Oliveira Royer** encerra este número da RBEUR. A autora apresenta ao leitor a coletânea *Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina*, organizada por Eduardo Alberto Cusce Nobre e Jorge Bassani. Reunindo nove textos, o livro se divide em três partes. Na primeira, são analisados os impactos da Copa do Mundo Fifa 2014 no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Fortaleza. Na segunda, examinam-se algumas intervenções em áreas centrais da Cidade do México, de São Paulo e de Challao, na Argentina. Por fim, na terceira parte, são abordadas experiências de intervenção urbana em áreas ambientalmente frágeis de Belém, Manaus e Santa Fé, também na Argentina.

Boa leitura!

José Lira  
*Editor Convidado do Dossiê Temático*

Ana Cristina Fernandes  
*Editora Responsável da RBEUR*

Paris, São Paulo e Recife<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Desejamos registrar nossos agradecimentos à inestimável contribuição dos pareceristas ao longo do processo de seleção e revisão dos artigos aqui publicados, a Norma Lacerda, Editora Assistente da RBEUR, pela apresentação dos dois artigos de fluxo contínuo publicados neste número, e a Tiago Cargnin, por sua competente assessoria na secretaria da RBEUR. Sem eles este número não seria possível. A editora responsável deseja ainda agradecer, em especial, ao Prof. José Lira, por ter aceito e conduzido, com refinada precisão, a montagem deste Dossiê